

Versão Online

ISBN 978-85-8015-054-4

Cadernos PDE

VOLUME I

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE 2009

LETRAMENTO, ENSINO E SURDEZ: abordagens e propostas de ensino para alunos surdos na escola inclusiva.

*Sueli Aparecida de Campos¹
Sueli Carrijo Rodrigues²*

RESUMO

Este artigo apresenta como proposta a busca do conhecimento, compartilhamento de informações e reflexões sobre as questões que norteiam a educação inclusiva da surdez, buscando possibilidades de letramento e compreensão de como se processa a aprendizagem no aluno surdo, tendo em vista a melhoria de ensino, a permanência desse na escola e o sucesso em seu aprendizado. Essa proposta surgiu a partir da observação diária das angustias dos professores e também das dificuldades apresentadas pelos alunos surdos no processo de escolarização no ensino regular, em especial na leitura e escrita. Sabe-se que todos os alunos surdos têm direito a educação e é isso que defende a proposta da inclusão. Ainda que dentro deste cenário, propomos estudarmos, discutirmos e refletirmos a partir de referencial teórico especializado em procedimento de intervenção junto aos professores, em um Grupo de estudos – Implementação do Projeto PDE na escola, com profissionais da escola pública na cidade de Cornélio Procópio onde atuo como professora. Para efetivar o procedimento de ações, realizamos encontros de discussões e estudos acerca da temática - letramento, ensino e surdez: abordagens e propostas de ensino para alunos surdos na escola inclusiva. Os resultados destes procedimentos demonstraram a falta de preparo dos professores e a necessidades dos estudos, reflexões e informações que possam subsidiar a prática pedagógica com esses alunos. E, assim oportunizar, garantir o avanço e alcançar a meta no processo ensino aprendizagem do aluno surdo, e dos demais alunos para que sejam capazes de interagir com as diversas práticas sociais e contextualizar esses saberes através do letramento.

Palavras – chave: Inclusão; Surdez; Letramento; Intérprete; Língua Brasileira de sinais.

¹ Professora PDE/2009 da Rede Estadual de Ensino com Especialização em Educação Especial, na área Visual e Deficiência Mental, Especialização em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Superior. E-mail: sueli_campos@seed.pr.gov.

² Doutora em Educação, Pedagoga. Docente da UENP, Campus de Jacarezinho, Professora Orientadora do Programa de Desenvolvimento Educacional / PDE.

ABSTRACT

This article intends to propose the search of knowledge, the sharing of information and considerations on issues that guide the deafness inclusive education. To be successful in this proposition aiming effective learning as well as persistence in school, we will search for possibilities of literacy and the understanding of how a deaf student learns.

This proposition came about from daily observation of teachers' affliction and deaf students' difficulties during the regular learning process, especially as far as reading and writing. It is known that all deaf students are entitled to education and this is what the proposition of inclusion defends. It is within this scenario that we have proposed study, discussion and considerations from the standing point of theoretical references specific on intervention procedures with teachers. Thus we have constituted a Group Study – Implementation of PDE project at school, with public school professionals in the city of Cornélio Procópio. In order to make the procedures effective, we have met for discussions and studies on the theme *literacy, learning and deafness: approaches and propositions of teaching for deaf students in an inclusive school*. The results of these procedures have demonstrated the teachers' unpreparedness and the need of study, considerations and information that can subsidize the pedagogical practice with these students. And, by means of this, it is possible to provide, guarantee the advancement and reach the goals in the deaf student teaching-learning process as well as in other students that are able to interact with several social practices and contextualize this knowledge through literacy.

Key words: inclusion, deafness, literacy, Interpreter, Libras (Brazilian Sign Language)

1 Introdução

A pessoa surda é capaz de interagir com as diversas práticas sociais de leitura e escrita e contextualizar esses saberes se sua escolarização for feita através da sua língua natural, a língua de sinais.

O trabalho fundamenta-se no processo de reflexão, procurando ampliar o debate, através de estudos com os professores da escola pública. Essa pesquisa qualitativa buscou na literatura existente, textos e obras, informações necessárias que esclareçam e ajudam no entendimento das dúvidas existentes.

Na maioria das escolas, os professores desconhecem a língua de sinais e também a forma de trabalhar com o alunado surdo. O profissional que irá mediar essa interação, formatada na inclusão do aluno surdo, é o intérprete (LACERDA 2002, p.124). Muitas questões se desdobram da proposta inclusiva, e essa nova relação professor-intérprete-aluno surdo instaura possibilidades e também problemas, que, a nosso ver, ainda precisam ser pesquisadas e debatidas.

Como o foco deste trabalho é o letramento, o qual extrapola o conhecimento do código alfabético, do saber mecanicamente simulado, procurando levar o aluno a mergulhar num mundo de significado, interpretabilidade de leitura de mundo e saberes tendo como elemento principal a língua portuguesa, pois acreditamos ser possível que o surdo seja capaz de adentrar no mundo da leitura e da escrita por processos visuais de significados ou letramentos.

Compreendemos também que o ato de ler e escrever estão ligados à interpretação do mundo e da vida, e, a inserção do indivíduo as práticas sociais ativas para que ocupe seu lugar na sociedade.

O objetivo deste trabalho é criar momentos de estudos com os participantes do grupo de estudos, para que possamos refletir, discutir, analisar e ampliar suas reflexões com bases teórico-metodológicos que apoiem e esclareçam as dúvidas existentes em relação ao letramento do aluno surdo, e através de textos, filmes e dinâmicas de interação, oferecer um norte que enriqueça prática pedagógica do professor. Também propor alguns encaminhamentos metodológicos, isto é, elencar algumas sugestões de atividades no ensino da língua portuguesa pautado em atendimento, para o aluno surdo incluso na rede regular de ensino a partir de referencial teórico especializado, e também considerando as necessidades de uma escola pública do interior do Paraná, ponto de partida e de retorno deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INCLUSÃO

A educação inclusiva é um processo que amplia a participação de todos. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática pedagógica e das políticas públicas. O Brasil tem uma construção avançada, de leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência ou necessidades educativas especiais.

As escolas estão aderindo a essa política de modo a atender à diversidade dos alunos. Tendo em vista a inserção social do sujeito, respeitando suas singularidades. Buscando atender as necessidades educativas especiais, em um sistema regular de ensino, de maneira a promover seu desempenho e aprendizagem. Para isso requer mudanças significativas na estrutura e funcionamento das escolas, na formação dos professores, e nas relações família-escola.

Partindo do princípio democrático da educação para todos. O Ministério da Educação dissemina nacionalmente a política da educação inclusiva e reconhece o direito das pessoas com deficiência a uma educação de qualidade, visando a efetivação deste sem discriminação e sobre a base da igualdade de oportunidades, onde será assegurado um sistema de educação inclusiva em todos os níveis, assim como o ensino ao longo da vida, onde as redes de ensino devem atender todos os alunos independente das condições que apresentam.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e, é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

A inclusão pressupõe adaptação e a participação da pessoa com deficiência no processo educacional desenvolvido pela escola comum regular. Em uma escola inclusiva, todos os alunos aprendem juntos, a escola tem que

atender a todos e a cada um dos alunos independente de suas condições sociais e culturais. MATOAN (2007, p.6)

Ao governo cabe, não só oportunizar um ensino da qualidade, o acesso e a permanência desses alunos, mas, oferecer ao professor e a escola suporte necessário para desempenhar sua ação pedagógica, objetivando que a aprendizagem obtenha o êxito desejado. A valorização, o respeito, o princípio igualitário e a consciência de que a inclusão é um direito fundamental exigem que os profissionais envolvidos estudem e reflitam sobre inclusão.

O grande desafio da escola inclusiva é a permanência de seus alunos, de forma a não excluí-los no percurso escolar, não só promover o acesso, mas, a aprendizagem, o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo e os avanços nas etapas seguintes e, para enfrentar esse desafio o Estado do Paraná oferece uma estrutura organizacional muito importante para a efetivação desses atendimentos. Nesse momento vamos nos ater, focalizando a área da surdez, que é foco do nosso trabalho.

2.2 A LINGUAGEM E A SURDEZ

Tomando-se por base a noção de linguagem que se constitui na relação do homem com o meio social, ou seja, num sentido bastante amplo, podemos concluir que a linguagem é tudo que envolve significação, que tem valor, que tem significado e não se restringe apenas a uma forma de comunicação. A linguagem, tanto na forma verbal como em outras maneiras de comunicação, permanece como meio ideal para transmitir conceitos e sentimentos, além de fornecer elementos para ampliar o conhecimento e, é por meio da linguagem que se constitui o pensamento, embora este não possa ser reduzido a ela. Assim a linguagem está sempre presente no sujeito, mesmo quando ele não está se comunicando, pois a mesma significa a forma como este sujeito recorta e percebe o mundo e a si próprio. Ao mesmo tempo, linguagem e pensamento estão indissolivelmente unidos na prática social sob a forma de pensamento verbal.

A aquisição da linguagem em crianças surdas é um fato que tem chamado a atenção de inúmeros pesquisadores para estudos referentes à aptidão linguística, tendo em vista a discussão sobre falhas decorrentes de danos cerebrais ou de distúrbios sensoriais, como a surdez.

Os estudos desenvolvidos pelo linguista CHOMSKY (1994), nos mostram um melhor entendimento acerca da linguagem e de seu funcionamento. Seus estudos partem do fato de que é muito difícil explicar como a linguagem pode ser adquirida de forma tão rápida e tão precisa, apesar das impurezas nas amostras de fala que a criança ouve. Ele admite ainda, “que as crianças não seriam capazes de aprender a linguagem, caso não fizessem determinadas suposições iniciais sobre como o código deve ou não operar”. E acrescenta ainda que tais suposições estariam embutidas no próprio sistema nervoso humano. “A palavra tem excepcional importância, no sentido de dar forma às atividades mentais, sendo fator essencial de formação da consciência”. (CHOMSKY, 1994, apud BRASIL, 2006, p.15).

Acreditamos que a escrita é uma modalidade visual da linguagem, podemos concluir que o aluno surdo tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando somente, que tenha suas necessidades especiais supridas, visto que o natural do homem é a linguagem.

2.3 A AUDIÇÃO E A SURDEZ

Mas o que é Deficiência Auditiva ou Surdez?

Podemos caracterizar a deficiência Auditiva ou a Surdez como uma diminuição na capacidade de ouvir do indivíduo.

É através da audição que podemos identificar e reconhecer os diversos sons de um ambiente. Toda informação trazida pela audição, além de funcionar como um alerta em determinadas situações, auxilia o desenvolvimento da linguagem, possibilitando a comunicação oral entre as pessoas. Para compreender melhor as consequências decorrentes da surdez, é importante descrevermos como ocorre o processamento normal da audição, incluindo o conhecimento das estruturas que formam o ouvido humano e como funcionam.

2.5 CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA SURDEZ³

Conhecer as características da surdez faz-se necessários aqueles que se relacionam ou que pretendem desenvolver algum tipo de trabalho pedagógico com as pessoas surdas, a compreensão da surdez aumenta as possibilidades de atender às necessidades especiais dessas pessoas.

Quanto ao período de aquisição, a surdez pode ser dividida em dois grandes grupos:

- **Congênitas** – quando o indivíduo já nasce surdo. Nesse caso a surdez é pré-lingual, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem.

- **Adquiridas** – quando o indivíduo perde a audição no decorrer da vida. Nesse caso a surdez pode ser pré ou pós-lingual, dependendo de quando a surdez ocorreu se antes ou depois da aquisição da linguagem.

Quanto a etiologia, elas se dividem em:

- **Pré-natal – surdez** causada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus), e exposição da mãe a drogas ototóxicas (medicamentos que podem afetar a audição).

- **Peri-natais** – surdez provocada por parto prematuro, anóxia cerebral (falta de oxigênio no cérebro logo após o nascimento) e trauma de parto (uso inadequado de fórceps, parto excessivamente rápido, parto demorado).

- **Pós-natais** – surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida, como: meningite, caxumba, sarampo. Além do uso de medicamentos ototóxicos ou acidentes e avanço da idade.

Com relação ao tipo de perda auditiva, pode ser:

³ Fonte de pesquisa: Brasil (2006). Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização – surdez. Brasília: MEC/SEESP.

- Condutiva – localizado no ouvido externo ou ouvido médio. As principais causas são: otite, rolha de cera, acúmulo de secreção que vai da tuba auditiva para o interior do ouvido médio, prejudicando a vibração dos ossículos. Na maioria dos casos essas perdas são reversíveis, após tratamento médico.

- Neurossensorial – localizada no ouvido interno (cóclea ou fibras do nervo auditivo). Esse tipo de lesão é irreversível e as causas mais comuns são: meningite e rubéola materna.

- Mista – localizada no ouvido externo e/ou médio e ouvido interno. Geralmente a ocorrência se dá por fatores genéticos, determinantes de má formação.

- Central – localizada desde o tronco cerebral até as regiões subcorticais e córtex cerebral.

Existe um aparelho chamado Audiômetro, que é utilizado para medir a sensibilidade auditiva de um indivíduo e esse nível de intensidade auditiva é medido em decibel (dB)⁴.

Por meio desse aparelho é possível a realização de alguns testes, obtendo-se uma classificação da surdez quanto ao grau de comprometimento e/ou intensidade da perda auditiva, sendo classificada em níveis, de acordo com a sensibilidade auditiva do indivíduo como podemos observar os valores na tabela abaixo:

Audição	dB
Audição Normal	0 a 15 dB
Surdez Leve	16 a 40 dB
Surdez Moderada	41 a 55 dB
Surdez Acentuada	56 a 70 dB
Surdez Severa	72 a 90 dB
Surdez Profunda	acima de 91 dB

Fonte: Sueli Aparecida de Campos

⁴ O decibel (dB) é uma medida usada para medir a intensidade de sons, sendo uma unidade de medida adimensional.

A surdez pode ser classificada como unilateral, quando se apresenta em apenas um ouvido e bilateral, quando ocorre em ambos os ouvidos.

2.5.1 Parcialmente surdo:

a) Surdez leve – indivíduo que apresenta perda auditiva de até 40 dB (quarenta decibels). Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca e distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado desatento, solicitando frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da língua oral, mas poderá ser a causa de algum problema articulatorio na leitura e/ou na escrita.

b) Surdez moderada – indivíduo que apresenta perda auditiva entre 40 e 70 dB (quarenta e setenta decibels). Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatorias, havendo em alguns casos maiores problemas linguísticos. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldades em compreender certos termos de relação as formas gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada a sua aptidão para a percepção visual.

c) Surdez severa – indivíduo que apresenta perda auditiva entre 70 e 90 dB (setenta e noventa decibels). Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

d) Surdez profunda – indivíduo que apresenta perda auditiva superior a 90 dB (noventa decibels). A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à

estrutura acústica quanto a identificação simbólica da linguagem. Um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer na medida em que não tem acesso a estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim, tampouco adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não percebendo, perde o interesse por ela e sem o retorno auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões. Esse indivíduo geralmente utiliza uma linguagem gestual, e poderá ter pleno desenvolvimento linguístico por meio da língua de sinais. Atualmente, muitos surdos e pesquisadores consideram que o termo “surdo” refere-se ao indivíduo que percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e comunidade surda.

As características expostas ressaltam que a língua materna é uma língua adquirida naturalmente pelos indivíduos em seu contexto familiar. Qualquer criança ouvinte chega à escola falando sua língua materna, cabendo apenas sistematizar o conhecimento. O grau e o tipo de perda auditiva são fatores muito importantes que irão determinar o tipo de atendimento a ser desenvolvido com o aluno e os possíveis resultados.

Vale salientar, quanto maior a perda auditiva, maior deve ser o tempo de atendimento especializado para ao aprendizado da língua portuguesa escrita. No entanto, tal perda, não traz nenhum problema linguístico para o desenvolvimento e aquisição da língua de sinais – LIBRAS⁵.

3 CONCEPÇÕES ACERCA DA SURDEZ

Para entendermos melhor como se dá a educação da pessoa surda, faz-se necessário rever não só as questões referentes aos seus limites e possibilidades, como também os preconceitos enfrentados por elas, decorrentes da perda da audição.

⁵ Libras é a sigla da Língua Brasileira de Sinais. As Línguas de Sinais (LS) são as línguas naturais das comunidades surdas (<http://www.libras.org.br>).

Nesse sentido, a surdez é caracterizada como um problema sensorial, que não é visível, mas que acarreta dificuldades na detecção e percepção dos sons, trazendo sérias consequências ao indivíduo. A presença de qualquer alteração auditiva na primeira infância compromete o desenvolvimento da criança como um todo, nos aspectos cognitivos, sociais e culturais.

Fernandes (2006, p.8) sistematiza duas concepções acerca da surdez que são: a surdez na concepção clínico-terapêutica e a surdez na perspectiva pedagógica e social, conforme descrito abaixo:

3.1 CONCEPÇÃO CLÍNICO - TERAPÊUTICA

- ✓ A surdez é uma diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, que traz ao indivíduo uma série de consequências ao seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à linguagem oral;
- ✓ Considera-se surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum e, parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. A competência auditiva é classificada como: normal, perda leve, moderada, severa e profunda. A surdez severa e profunda impede que o aluno adquira, naturalmente, a linguagem oral;
- ✓ Por decorrência dessa dificuldade em desenvolver normalmente a linguagem oral, os indivíduos surdos podem apresentar atraso intelectual de dois a cinco anos, dificuldades de abstração, generalização, raciocínio lógico, simbolização, entre outros;
- ✓ Essa incapacidade de se comunicar, da mesma forma que as demais pessoas, atua de modo significativo em sua personalidade, fazendo com que manifeste tendências de introspecção, imaturidade emocional, rigidez de juízos e opiniões, prejudicando o desenvolvimento do sujeito em sua globalidade;
- ✓ A fim de que estes problemas sejam evitados, é aconselhável que a criança surda seja encaminhada o mais cedo possível a uma escola especializada,

para que possa receber estimulação auditiva e oral adequada, adquirindo um desenvolvimento próximo aos padrões de normalidade;

- ✓ O domínio da linguagem oral irá permitir sua plena integração na sociedade, uma vez que essa é a forma usual de comunicação entre as pessoas;
- ✓ O desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem está subordinado ao aprendizado da linguagem oral.

De acordo com esta concepção, a educação especial esteve voltada, na sua grande maioria, para a reabilitação da audição e da fala, entendida como sinônimo de linguagem. O maior objetivo pedagógico, nesta concepção, era corrigir/reabilitar a fala através da estimulação oral/auditiva. E, esse encaminhamento metodológico foi chamado de “oralismo”.

Podemos observar que a grande falha desse modelo foi desconsiderar os resultados negativos apontavam que tal processo poderia ser eficaz, do ponto de vista da possibilidade do desenvolvimento da linguagem oral.

No entanto, mais de um século desse modelo, como prática hegemônica na educação de surdos, acarretou um resultado insatisfatório: uma pequena parcela de surdos conseguiu desenvolver uma forma de comunicação sistematizada, seja oral, escrita ou sinalizada, sendo que a grande maioria foi excluída do processo educacional ou permaneceu em escolas ou classes especiais, que mantinham o modelo clínico-terapêutico. Essa situação provocou o surgimento de uma geração que não apenas fracassou em seu processo de escolarização, mas em seu desenvolvimento linguístico, acadêmico, emocional e social.

Vale ressaltar que esta situação está refletida no mundo todo, conforme pesquisas de organismos representativos, governamentais e não governamentais, nos apontando para a necessidade urgente de revisão nos paradigmas e práticas até então realizadas.

Dessa forma, novas concepções de surdez passaram a ser edificadas, não mais baseadas em padrões de normalidade, mas respaldadas por grandes avanços científicos e por meio de estudos linguísticos, sócio-antropológicos, psicológicos, entre outros. Passou-se a valorizar a pluralidade cultural no convívio social, surgindo

a necessidade de reconhecer o potencial de cada indivíduo, a fim de que possamos ter relações sociais mais justas e humanitárias.

Com esse entendimento, não se nega que a surdez é uma limitação auditiva, mas considerando essa nova concepção, surge a valorização das potencialidades dos surdos, traduzidas por construções artísticas, linguísticas e culturais, representativas dessa comunidade, que compartilha a possibilidade de conhecer e aprender, tanto mais por meio da experiência visual do que pela percepção auditiva.

Veremos a seguir, conforme descreve FERNANDES (2006, p.10), a concepção de surdez na perspectiva pedagógica e social.

3.2 CONCEPÇÃO NA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA E SOCIAL

- ✓ A surdez é uma experiência visual que traz aos surdos a possibilidade de constituir sua subjetividade por meio de experiências cognitivo-linguísticas diversas, mediadas por formas alternativas de comunicação simbólica, que encontram na língua de sinais, seu principal meio de concretização;
- ✓ A surdez é uma realidade heterogênea e multifacetada e cada sujeito surdo é único, pois sua identidade se constituirá a depender das experiências socioculturais que compartilhou ao longo de sua vida;
- ✓ Os surdos têm direito a uma educação bilíngue, que priorize a língua de sinais como sua língua natural e primeira língua, bem como o aprendizado da língua portuguesa, como segunda língua;
- ✓ A língua de sinais precisa ser viabilizada: enquanto linguagem dialógica/funcional/instrumental e enquanto área do conhecimento (disciplina curricular);
- ✓ A presença de educadores surdos é imprescindível no processo educacional, atuando como modelos de identificação linguístico-cultural e exercendo funções e papéis significativos.

De acordo com esta concepção, a escola deve priorizar o trabalho pedagógico com os alunos surdos, considerando que a aquisição dos conhecimentos em língua de sinais é uma das formas de garantir a aquisição da leitura e da escrita da língua portuguesa pela criança surda.

4 ABORDAGEM ORALISTA

A educação de surdos não é um tema fácil de ser tratado, pois ainda estamos longe de manter um rigor científico sobre o assunto.

A complexidade do assunto coloca-se em diferentes níveis, nem sempre fazendo uma clara distinção entre os aspectos metodológicos e as finalidades de opções filosóficas, sociológicas ou políticas.

O desenvolvimento da educação de surdos se deu por diferentes caminhos, sendo que os benefícios e os inconvenientes de cada uma delas dependem muito das características próprias de cada criança.

O mais importante é encontrar uma forma de comunicação com a criança surda, sendo que essas opções teóricas podem variar entre dois extremos: o oralismo puro e o gestualismo ou bilinguismo.

No entanto, a comunicação não é o único aspecto a ser considerado na educação do surdo, já que ele deve ser considerado em todos os sentidos. Essa reflexão deve abranger os aspectos pedagógicos e os princípios educativos gerais, para decidir se estas crianças devem ser inseridas em escolas e/ou classes especiais.

O oralismo é definido como linha de trabalho que aceita apenas a linguagem oral como única e exclusiva.

A criança surda é treinada de forma a desenvolver seus resíduos auditivos, a realizar a leitura labial e é estimulada a usar a fala como única forma de comunicação. Este trabalho é realizado sistematicamente através da “desmutização”, quer dizer, um trabalho intenso de educação da articulação.

Esta orientação pedagógica se apoia no fato de que a criança surda deve adquirir uma linguagem oral a mais desenvolvida possível, acreditando que dessa forma a criança vai se integrar com eficiência no mundo auditivo-oral dos ouvintes e toda exposição a comunicação gestual é proibida a criança surda.

Portanto, bilinguismo para o surdo, refere-se à existência de duas línguas: a língua oral da comunidade ouvinte, no caso do Brasil, o Português e, a língua de sinais da comunidade surda, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

As pesquisas recentes no campo da educação do surdo (QUADROS 1997, p.27), mostram a tendência para a educação bilíngue da criança surda, onde a língua de sinais é considerada a primeira língua (L1) da criança surda e, a língua escrita, a **segunda língua (L2) para a criança surda**.

5 PROPOSTA BILINGUE

A educação de surdos apresenta-se hoje em uma fase de transição. QUADROS (1997) descreve estas fases da seguinte forma: a primeira fase constitui-se pela educação oralista, a segunda fase caracteriza-se pelo uso da língua de sinais como recurso para o ensino da língua oral. Sendo que esse sistema passa a ser chamado *português sinalizado*.

Considerado por muitos estudiosos como (SÁNCHEZ, 1992; FERREIRA BRITO, 1990; SKLIAR, et al., 1995) “o oralismo é uma imposição social de uma maioria linguística, sobre uma minoria linguística, sem expressão diante da comunidade ouvinte”.

Já o bimodalismo segundo estudos de (DUFFY, 1987; FERREIRA BRITO, 1990; QUADROS, 1997), “é um sistema artificial inadequado, tendo em vista que desconsidera a língua de sinais e sua riqueza estrutural acabando por desestruturar também o português”.

Desta forma, segundo (QUADROS, p.47) “o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”.

Estudos demonstram que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, pois considera a língua de sinais como língua natural, partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Considerando que a língua de sinais é natural, adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com outras que usam essa língua e, se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. Desta forma, o bilinguismo busca resgatar esse direito.

Quanto ao ensino da língua portuguesa, a proposta bilíngue para surdos concebe o seu desenvolvimento baseada em técnicas de ensino de segunda língua.

No entanto, deve-se levar em consideração a criança surda filha de pais ouvintes que nunca teve contato com a L1, ou seja, a língua de sinais. Esse é o grande desafio da escola no sentido de proporcionar a essa criança um desenvolvimento psicossocial adequado e um ensino eficiente da língua portuguesa, pois a criança nem sequer nasce em um ambiente que favoreça o desenvolvimento de sua primeira língua, no caso do Brasil, a LIBRAS. Perceba que não é um problema da criança por ser surda, mas um problema social que pode gerar consequências irreversíveis no seu desenvolvimento caso não seja oferecido a ela o direito de ter acesso à aquisição de uma língua de forma natural.

Para tanto, neste trabalho entendemos que para diminuir esses problemas enfrentados pelos surdos no seu processo de escolarização com foco na leitura e escrita da língua portuguesa, faz-se necessário a utilização de uma metodologia diferenciada, ou seja, o letramento.

6 LETRAMENTO

Tratar desse assunto na educação de surdos requer a revisão de termos como alfabetização e letramento.

SOARES (2006) apresenta algumas reflexões em relação à palavra e/ou conceito de alfabetização. “Alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar

“alfabeto”. Como ela mesma esclarece, causa-nos estranheza o uso da palavra “alfabeto”, na expressão “tornar alfabeto”. É que dispomos da palavra *analfabeto*, mas não temos o contrário dela: temos a palavra negativa, mas não temos a palavra positiva.

Já em relação a palavra letramento, por ser ainda muito nova, não foi introduzida nos dicionários. No entanto, SOARES (2006) não define letramento, mas vai além analisando a tradução do inglês para o português, como: “a condição de ser letrado”, dando a palavra “letrado” sentido diferente daquele que vem tendo em português. Desta forma, letrado será usado para caracterizar a pessoa que, além de saber ler e escrever faz uso frequente e competente da leitura e da escrita.

Fazendo uma análise mais detalhada dos termos alfabetização e letramento, percebemos que não basta a escola alfabetizar, e sim, interpretar aquilo que leem.

Neste sentido a verdadeira função da escola é desenvolver no aluno o domínio da leitura e da escrita, fazendo uso das mesmas em atividades da vida diária. Em se tratando da leitura e escrita para os alunos surdos que é o foco do nosso trabalho, é importante refletirmos que a aquisição da escrita exige muito mais do que a simples identificação e o desenho das letras, como é comum observarmos o surdo neste processo, copiar, desenhar e copiar.

Construir um ambiente de letramento demanda a experiência com variados textos e de diferentes gêneros. Além de utilizar a literatura infantil, é fundamental a exploração de textos de jornais, revistas, textos publicitários, revistas em quadrinhos, entre outros, para que a criança perceba, a partir de um cotidiano letrado, a linguagem que se usa para escrever. Acredito importante destacar aqui as contribuições de VIGOTSKI (1984, p.95) em relação aos estágios do desenvolvimento. A criança já nasce num mundo cultural, num mundo de significados, de signos, desta forma só se pode entender o seu processo de desenvolvimento caso se entenda em que grupo ela está inserida e qual o contexto que dá a ela significado. É importante que o professor observe estas questões para que a partir daí ele possa pensar a respeito da importância do uso de instrumentos que a criança usa. Por exemplo: a criança brinca, transforma e cria através de sucata e, isso é uma das marcas do seu processo de desenvolvimento. Depois vem o uso da palavra, o jogo da palavra, o jogo dos signos entre outros e, no caso da criança surda o sinal. Se o professor estiver atento a este processo e, a partir dele,

criar situações nas quais a criança possa de fato por em prática algo que é fundamental para a sua constituição enquanto sujeito, o professor estará redimensionando a sua prática pedagógica e contribuindo para a construção de um ambiente de letramento no qual a relevância de significado estará presente.

É muito importante colocar a criança em contato com a pluralidade textual, assim como com as interações sociais presentes no seu cotidiano escolar, para que ela vá diferenciando a pluralidade textual. Este ambiente de letramento da criança surda precisa ser rico em textos, em materiais e em significados.

Ao considerarmos a Língua de Sinais como L1 e a Língua portuguesa como L2, cabe a escola desenvolver metodologias que viabilizem o aprendizado da leitura e da escrita na segunda língua do surdo, no nosso caso, o português. Vale ressaltar ainda, que o professor deverá inserir também as novas tecnologias presentes na grande maioria das escolas, levando o aluno a participar desse mundo em plena atividade tecnológica, contribuindo, desta forma, para o enriquecimento de um ambiente letrado.

7 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL

SILVA (2003, p.241) o intérprete não empresta ao surdo somente os ouvidos e as mãos, e sim todo o corpo; a boa interpretação está relacionada com a expressão facial e corporal; o ouvinte transmite suas emoções por meio de ruídos, melodias e imitação da voz, o que para o surdo, deve ser materializado no corpo do intérprete.

No cenário de inclusão, todavia, verifica-se a fundamental e real necessidade da presença do tradutor/intérprete de Libras para mediar relações dialógicas entre os interlocutores de línguas diferentes. É o tradutor/ intérprete que atua na fronteira entre os sentidos da língua original e da língua alvo, com os processos de interpretação relacionando-se como contexto no qual o signo é formado (ARROYO, 1996). E nas comunidades surdas, a figura do intérprete apresenta-se como um importante agente para ampliar a participação social desta

comunidade e seu acesso a vários conhecimentos e conteúdos que são comumente veiculadas nas línguas das comunidades ouvintes.

Todavia o trabalho do tradutor/intérprete não é fácil, considerando que ele é a ponte, ou seja, é quem favorece que uma mensagem supere a “barreira linguística” entre duas comunidades.

Tanto o tradutor quanto o intérprete precisam ser profissionais capazes de compreender e expressar ideias relacionadas às diferentes áreas do conhecimento humano. Ele precisa ter conhecimento do tema para fazer um bom trabalho, mas não necessariamente ser um profissional naquela área (PAGURA, 2003, p.76)

O intérprete realiza uma atividade que exige dele estratégias mentais na forma de transferir o contexto, a mensagem de um código linguístico para outro. Esse trabalho requer manter uma imparcialidade profissional e desenvolver uma relação de neutralidade com os surdos e o corpo docente em sala de aula, para que não haja interferência em sua atuação. A fidelidade e a ética norteiam esse trabalho. Enfim o intérprete de Libras exercerá em sala de aula e em todas as atividades educacionais somente as *Funções Comunicativas Tradutórias*.

O ato de interpretar é um ato cognitivo-linguístico, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes.

Na escola, cada profissional desempenha sua função e papel que se diferenciam. Ao professor cabe à função pedagógica voltada para os encaminhamentos metodológicos no sentido da aplicabilidade dos conteúdos, a disciplina, o saber e o conhecimento. O professor deve ter seu papel fundamental associado ao ensino e, portanto, completamente inserido no processo interativo social, cultural e linguístico do aluno surdo. O intérprete, por outro lado, é o mediador entre pessoas que não dominam as línguas em questão.

Destacamos como funções do intérprete da língua de sinais, realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa, observando os seguintes preceitos éticos:

- confiabilidade (sigilo profissional);
- imparcialidade (neutralidade e não fazendo interferências ou opinando);

- discrição (não se envolver, estabelecer limites durante sua atuação);
- distância profissional (separar sua vida profissional da pessoal);
- fidelidade a interpretação (ser fiel, não alterar informação, opinar sobre o assunto, ser objetivo e real na interpretação).

É responsabilidade profissional do intérprete, considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa. O intérprete deve informar quando a interpretação literal não é possível, procurando parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda. Deve também manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas, procurando estar sempre atento, aprendendo e aceitando novos sinais, se isso for necessário para o entendimento, e, esforçar para reconhecer os vários tipos de assistências do surdo e fazer o melhor para atender as particularidades. Além de agrupar com colegas profissionais e dividir novos saberes buscando desenvolver suas capacidades e expressões e receptivas em interpretação e tradução.

Destacamos também, para que o trabalho possa alcançar êxito faz-se necessário que exista entre professor e intérprete **confiabilidade**, para que o trabalho se desenvolva com segurança e comodidade em um ambiente harmonioso. O **respeito** é o limitador, onde cada um saberá quais são as suas atribuições e os limites de suas funções, comunicativas ou pedagógicas. A **parceria**, é muito importante para o sucesso escolar do aluno, implica no planejamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula, com repasse para o intérprete, a fim de buscar a forma mais adequada para uma boa interpretação. Fica mais fácil quando se tem em mãos o material a ser interpretado. É interessante que o professor discuta com o intérprete o plano de aula esclarecendo dúvidas existentes, de igual modo o intérprete se preocupar em conhecer o material e textos que serão usados em sala de aula. O **envolvimento educacional**, entre o professor e o intérprete é fundamental para o desenvolvimento educacional dos surdos. O intérprete conhece os pontos em que os surdos se sentem mais fragilizados e compartilha essas informações com o professor. O professor, por sua vez, observa pela correção de exercícios e provas quando o aluno está correspondendo ou não aos conteúdos, informando ao intérprete. Essa parceria entre professor e intérprete contribuirá para o melhor desempenho educacional dos alunos surdos.

8 LEIS E DECRETOS QUE GARANTEM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA⁶

Lei Federal 10.436/ 2002, regulamentada pelo Decreto Federal 5626, em dezembro de 2005.

Na área da educação destacamos:

- Constituição Federal de 1988, art. 208.

- Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).
Capítulo V - Educação Especial – Art. 58, Art. 59, Art. 60.

- Lei nº 7853/89 – “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”.

- O decreto nº 3298/99 - regulamenta a Lei nº 7853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção ao portador de deficiência e dá outras providências.

- Lei nº 10098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação.

- Parecer nº 17, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CE), aponta os caminhos da mudança para os sistemas de ensino nas creches e nas escolas de educação infantil, fundamental, médio e profissional e estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (MEC/2001).

⁶ Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes

- Lei Federal nº 10432/2002 – Reconhece a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), e outros recursos de expressão a ele associados como meio legal de comunicação e expressão.

Essas leis e decretos determinam que a educação das pessoas com necessidades educativas especiais deve ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino e somente extraordinariamente em escolas especiais, para aqueles alunos que requeiram apoios intensivos e permanentes, que a escola comum não consegue prover.

3 Metodologia

Participantes:

Participaram destes estudos a professora PDE Sueli Aparecida de Campos, 11 professores e 2 pedagogas atuantes no Colégio Estadual “Castro Alves”, Escola de Ensino Fundamental, Médio e Profissional de Cornélio Procópio.

Procedimentos

- Foi realizada a apresentação da temática: letramento, ensino e surdez: abordagens e propostas de ensino para alunos surdos na escola inclusiva a todos os professores da escola na semana pedagógica.

- Questionário com objetivo de levantar os conhecimentos que os professores obtinham do assunto e o interesse em participar do grupo de Apoio à Implementação na escola.

- Após avaliar as questões respondidas pelos professores, foi montado o cronograma com os temas a serem estudados.

- Organização do grupo de Apoio à Implementação do Projeto PDE na escola. Centrada na temática: letramento, ensino e surdez: abordagens e propostas de ensino para alunos surdos na escola inclusiva. Os temas estudados foram elencados em conjunto com a orientadora afim de atender os interesses e necessidades dos participantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENCONTROS	PROGRAMAÇÃO
Primeiro Encontro 23/08/2010	19 horas - Apresentação do projeto: Letramento, ensino e surdez: - Abordagens e propostas de ensino para alunos surdos na escola inclusiva. - Divulgação do cronograma e objetivos. - Dinâmica de Interação. - Filme: O que é Letramento? - Reflexão e Análise.
Segundo Encontro 30/08/2010	19 horas - Texto: Alunos surdos no Ensino. Regular: as experiências de letramento e os rituais de sala de aula (Goes, 2002). Capítulo do livro letramento e minorias. - Questões para refletir.
Terceiro Encontro 13/09/2010	19 horas - Texto: Línguas em contato e em conflito: A trajetória do surdo na escola (Silva, 2003). - Questões para refletir.
Quarto Encontro 20/09/2010	19 horas - Texto: Educação Bilíngue para surdos (Fernandes, 2005). - Análise e reflexão. - Questões para reflexão:
Quinto Encontro 27/09/2010	19 horas - Texto: Cenas de leitura e escrita: na escuta dos surdos (Fernandes, 2008) Congresso Brasileiro de Educação Especial. 3. 2008, São Carlos. - Análise e reflexão.
Sexto Encontro 04/10/2010	19 horas - Apresentação do Caderno Pedagógico: Material Didático Pedagógico.

		<ul style="list-style-type: none"> - Práticas de Letramento Através de Textos Sociais e Fábulas - Análise e reflexão. - Filme: O som do silêncio.
Sétimo Encontro 18/10/2010	19 horas	<ul style="list-style-type: none"> - Texto: Avaliação em Língua Portuguesa para Alunos Surdos: Algumas Considerações (Fernandes,2002). - Análise e reflexão.
Oitavo Encontro 25/10/2010	19 horas	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação - Aproveitamento e sugestões. - Entrega de Certificados. - Encerramento.

- Iniciamos os estudos contando com os professores inscritos, a presença da Diretora e direção auxiliar da escola na abertura do primeiro encontro. Foram 8 encontros semanais com duração de 4 horas perfazendo um total de 32 horas, que terão certificação expedida pela UENP – FAFIJA.

1º Encontro:

Foi realizada uma dinâmica de interação e socialização do grupo, após a divulgação do cronograma de atividades e exposição dos objetivos do curso em data show. Apresentação do filme: **O que é letramento**, esse filme retrata em forma de poema o significado da palavra letramento, também foi entregue impresso o poema para os participantes que fizeram a leitura e considerações sobre o tema. Em sequência apresentei o meu projeto de Implementação na Escola também em data show, entreguei uma cópia impressa para reflexão e análise. Os participantes concluíram que o projeto veio de encontro com as necessidades da escola, pois os professores se sentem impotentes e sem embasamento para trabalhar com alunos surdos. Esses momentos são necessários para que possamos estudar, discutir e buscar alternativas metodológicas para melhor atender nossos alunos e quaisquer que venha através da inclusão. Temos consciência que precisamos inovar e criar novas alternativas de ensinar, não só os alunos com necessidades especiais, mas a todos. Essa oportunidade de aprofundamento teórico e a troca de experiências do grupo com certeza irão somar para o nosso crescimento profissional e pessoal.

2º Encontro:

Iniciamos o momento de estudo com a leitura de uma mensagem de otimismo e motivação “Felicidade”. Foi entregue o texto: **Alunos surdos no Ensino Regular: as experiências de letramento e os rituais de sala de aula** (GÓES, 2002), Capítulo 13 do livro Letramento e Minorias. Fizemos uma leitura coletiva do texto, fazendo interferências quando necessárias, ouvindo opiniões, trocando informações e experiências. Após discussão e reflexão foi entregue uma questão impressa para os professores registrarem suas respostas. “Identificar os principais problemas da inclusão do surdo no Ensino Regular”. Como respostas, o grupo pontuou que há insuficiência de recursos, isolamento do aluno dentro da própria inclusão, falta orientação para o professor (orientações específicas das deficiências), simulação de aprendizagem com cada deficiência e situação controvertida das orientações para a educação dos alunos surdos. O encontro foi muito produtivo e importante para a melhoria da prática pedagógica

3º Encontro:

O nosso terceiro encontro iniciou com entrega de uma mensagem para leitura e reflexão, mensagem essa de esperança, sabedoria, tolerância e perdão. Após esse momento fizemos a leitura e estudo do texto “**Línguas em contato e em conflito: A trajetória do surdo na escola**”. (SILVA, 2003). Com o estudo desse texto, os professores consideraram que “As práticas discursivas de leitura e de escrita como fenômenos sociais ultrapassam os limites da escola. São práticas cotidianas que a criança percebe ao seu redor e que ajudam a construir o sentido da escrita”. Também discutiram se a escola tem buscado estratégias metodológicas que visam ultrapassar esses limites. Os professores revelam que tem buscado, porém as orientações que são repassadas não atendem as expectativas e as necessidades da escola. Os profissionais precisam de cursos para atender com eficiência. A meta do governo é a “Inclusão”, portanto é dever capacitar os profissionais para melhor atender esses alunados. Dentro desse cenário que descrevemos sobre o processo de inclusão escolar, é preciso uma mudança qualitativa no trabalho educacional no interior das escolas, e requer um envolvimento de todos os profissionais da educação, alunos e pais, na reorganização do espaço e do tempo da escola, e que sejam garantidas condições de trabalho para os professores e condições de

permanência e de estudo para os alunos. do processo de inclusão dentro das escolas.

4º Encontro:

Estudamos o texto: **Educação Bilíngue para surdos** (FERNANDES, 2005), foi entregue uma mensagem que nos leva a refletir sobre os dias atuais, em que a alma ressentida da ausência de diálogo e de compreensão, leitura edificante a fim de brotar e renascer a esperança. Após reflexão sobre a mensagem fizemos a leitura do texto FERNANDES (2005): Educação Bilíngue para surdos. Quando necessários houve momentos de reflexão e discutimos os pontos importantes. A conclusão sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (surdez) trouxe grandes desafios para os professores que se sentem inseguros, despreparados e sem fluência em Libras para mediar o processo educacional. O professor sabe da importância de um trabalho eficiente, e quanto é necessário a socialização aos demais alunos, porém há muitas dúvidas em relação à metodologia adequada ao ensino e aprendizagem. É preciso que se respeitem às condições linguísticas diferenciadas, pois são sujeitos ativos, portanto capazes e apropriarem da leitura e da escrita. Consideramos esse encontro muito positivo, os professores tiveram a oportunidade de expressarem suas angústias e trocaram informações no sentido de buscar a melhor forma de atender a todos os alunos.

5º Encontro

Utilizamos para estudar, refletir e discutir o texto: **Cenas de Leitura e Escrita: Na Escuta dos Surdos** FERNANDES (2008). O texto objetivou discutir algumas dimensões teóricas e metodológicas envolvidos nas práticas de letramentos em português como segunda língua para estudantes surdos que utilizam a língua brasileira como primeira língua. Por meio da discussão dos fundamentos das práticas de letramentos os professores relataram que todos da escola têm boa vontade, o que precisamos são de suporte referencial, subsídios provenientes da mantenedora (SEED). O Estado deveria oportunizar aos professores momentos de reflexão e estudos sobre as práticas pedagógicas, buscando mais adequação a cada prática. O professor deve estar atento em sala, observando os alunos

desatentos, desinteressados, as vezes por não processar plenamente as informações auditivas que a cercam, essa dificuldade poderá se refletir na escrita, ocasionando problemas no processo de alfabetização/letramento. O professor deverá ter pelo menos o conhecimento básico da língua de sinais para que possa entender como será a mediação dos conteúdos, principalmente o de Língua Portuguesa. O professor precisa entender que a língua de sinais Libras é a primeira língua, ele necessita na escola dessa língua e de se apropriar do Português como segunda língua. O ensino deverá ser voltado para o visual para que o aluno tenha um bom aproveitamento escolar (professor bilíngue), como base em metodologias voltadas ao ensino de segunda língua. Esse aprendizado deveria acompanhar os alunos surdos da 5ª a 8ª séries (ensino fundamental) para que o ensino aprendizagem se dê da melhor forma possível.

6º Encontro

Apresentação do **Material Didático-Pedagógico** – Caderno Pedagógico para apreciação, análise e reflexão. Foram usadas as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), inserimos o material no compartimento público onde cada professor pode acessar abrindo o **Material Didático-Pedagógico** – Caderno Pedagógico. Fiz a apresentação do material, a leitura da introdução, explicando o porquê do tema, justificando e apontando as problemáticas que objetivaram a pesquisa. , procurando ampliar o debate, através de estudos com os professores. Foi apresentada **Unidade Didática I, Letramento através de textos sociais**, com a intenção de proporcionar momentos de interação social que possam contribuir para que os alunos surdos compreendam através de letramento, a importância que o uso da leitura e da escrita tem em suas vidas, partindo de textos sociais. Também apresentei a **Unidade Didática II, Letramento através de fábulas e lendas**. Propondo através das sabedorias apresentadas nas fábulas buscar conduta ética e ao mesmo tempo reconhecer os significados encontrados nas entrelinhas das narrativas, que contribuirão para levar o aluno surdo a adentrar no processo da leitura e escrita através do letramento. Também apresentamos alguns encaminhamentos metodológicos e sugestões de atividades que poderão contribuir para o desenvolvimento, a construção e ampliação do repertório linguístico, visando à superação e o sucesso do aluno em seu aprendizado. Os professores

consideraram o material de grande relevância para todos os alunos não só para o surdo. As atividades são diversificadas e bem elaboradas voltadas à realidade do aluno, conduzindo-o à realização com eficiência. Por meio dessas atividades, o professor poderá elaborar outras que também venham atender às necessidades do aluno e com possibilidades de se trabalhar na sala de apoio.

7º Encontro

Realizamos o sétimo encontro, com estudo, reflexão e discussão sobre o texto: Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: Algumas considerações (SUELI FERNANDES). Esse tema é bastante complexo, pois os surdos lutam pela afirmação de seus direitos sociais, como a utilização da língua de sinais, sendo um idioma minoritário e sua utilização é restrita. A educação de surdo deve ocorrer por meio do Bilinguismo: o aprendizado da Libras como língua materna – primeira língua seguida do aprendizado do Português na modalidade escrita, para ampliação de suas relações sociais. A Libras é a língua do surdo e por ser um sistema organizado do ponto de vista lexical (vocabulário), gramatical (regras de funcionamento) e funcional (regras de uso) a Libras apresenta as características pertinentes às linguagens orais. Para que o bilinguismo seja eficaz há de assegurar aos alunos, classes e escolas com professores bilíngues intérpretes nas salas de aulas regulares e o poder público deve promover a formação e capacitação de profissionais. Para que um surdo se aproprie da língua portuguesa (2ª) e deve ocorrer através do letramento, que é o uso da escrita como sistema simbólico nas práticas sociais significativas. Não é um processo simples, porém ele será capaz de interagir em sociedade. O encontro foi positivo, os presentes consideraram os mecanismos visuais incorporados aos modos de se comunicar e pensar dos surdos têm na língua de sinais o farol a iluminar esse processo.

8º Encontro

Nesse encontro além da professora PDE e cursistas contamos com a presença da Diretora e Diretora auxiliar do Colégio. Foi entregue uma mensagem para meditação “o espinho de hoje, será a flor de amanhã”. Após fizemos uma avaliação do curso, todos os presentes se colocaram fazendo suas considerações

sobre os encontros, destacando a feliz escolha da temática do projeto da professora PDE, e dos temas estudados nos encontros, dando abertura para discussão das angústias e anseios, oportunizando momentos de estudos, ampliando o conhecimento e esclarecendo muitas dúvidas sobre a surdez. As referências bibliográficas ricas servindo como ponto de partida para o início de um trabalho significativo com os alunos surdos, objetivando oferecer ensino um ensino de qualidade, para que a inclusão se efetive com sucesso. Todas as atividades desenvolvidas proporcionaram análise e reflexões importantes, possibilitando também novos conhecimentos dos trabalhos de letramento de alunos surdos, principalmente a professores que trabalham com alunos que apresentam dificuldades essas dificuldades. Para outros, a certeza de um desafio constante, mas com possibilidades de avanços, desde que haja comprometimento de todos os profissionais envolvidos. O projeto cumpriu seus objetivos com eficiência, pois propôs encaminhamentos metodológicos relevantes para que o professor possa direcionar um trabalho com mais clareza. Os professores destacaram, a consistência e a praticidade do Caderno Pedagógico, material que deve ser divulgado a todos os professores que atuam no Ensino fundamental. Encerramos com uma dinâmica de interação e valorização pessoal.

Concluimos que a participação desse Grupo de Estudo teve como consequência um olhar diferente a todo aluno de inclusão. Esperando que a semente plantada tenha contribuído para a melhoria do ensino aprendizagem, para socialização dos professores da rede estadual de ensino e o avanço na educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão requer uma nova postura no ensino regular, com propostas curriculares, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, com ações que favoreçam a inclusão social e práticas pedagógicas diferenciadas que atendam a todos os alunos.

O estudo apontou para resultados significativos em um novo olhar dos pesquisados em relação aos alunos inclusos, oportunizou o aprofundamento teórico e a troca de experiências do grupo onde se constatou que precisamos inovar e criar

novas alternativas de ensinar, não só aos alunos com necessidades especiais, mas a todos.

Através dos depoimentos, das observações realizadas nos encontros podemos inferir que a mudança no interior da escola e na qualidade do ensino requer envolvimento de todos os profissionais da educação, alunos e pais, na reorganização do espaço e do tempo da escola, e que sejam garantidas condições de trabalho para os professores e condições de permanência e de estudo para os alunos do processo de inclusão dentro das escolas.

Ao eleger o letramento como o substantivo para nomear a prática a ser desenvolvida em sala de aula, delineado alguns princípios que nortearam os encaminhamentos metodológicos, o letramento toma a leitura e a escrita como processos complementares e dependentes (o português é o que o aluno lê e vê) e considera a leitura e a escrita sempre inseridas em práticas sociais significativas

O letramento é, antes de tudo uma práxis social, a inter-relação do sujeito com o mundo, para significar os múltiplos aspectos, subjetivo e objetivo, que estão diante dele, e exercer um impacto direto na sociedade com seu comportamento social, pois “o letramento é definido como um conjunto de práticas de habilidades necessárias para “funcionar” adequadamente em práticas sociais nas quais a leitura e escrita são exigidas” (SOARES, 2003, p. 74). O letramento faz ressonância a contextualidade com isso, a significação da aquisição da língua(s) L2, pela L1, da primeira para a segunda tomando com base na construção da leitura e escrita do letramento o bilinguismo.

Assim podemos atestar que as práticas de letramento estão ligadas a contextos de leitura. Sem a leitura não há escrita significativa, inexistindo o letramento.

Frente a essa constatação, verifica-se a fundamental e real necessidade da presença do tradutor/intérprete de libras, para mediar relações dialógicas entre os interlocutores de línguas diferentes.

Este trabalho teve o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem, mas sabemos que ele é apenas um alerta da grande necessidade existente em desenvolver novos estudos na área em busca do avanço na educação.

Referências

ARROYO, M. G. **Reinventar o profissional da educação**. In: Bicudo, M. A. V. e SILVA JUNIOR, C. A. Da. Formação do Educador; dever do Estado, tarefa da Universidade. s/d (mimeo)

BRASIL. A linguagem e a surdez. **Educação Especial – A Educação dos Surdos**, Série Atualidades Pedagógicas 04, volume II, pp. 279 - 282. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

_____. Secretaria Nacional de Justiça. **A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais** / Organização: Secretaria Nacional de Justiça. – Brasília: SNJ, 2009.

_____. Saberes e práticas da inclusão: **dificuldades de comunicação e sinalização – surdez**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Saberes e práticas da inclusão: **desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. [2. ed.] coordenação geral. SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CHOMSKY, N. (1994) **Language and problems of knowledge**. Cambridge. Massachusetts. In: BRASIL, Saberes e práticas da inclusão: **dificuldades de comunicação e sinalização – surdez**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

FERNANDES, S. **Práticas de Letramentos na Educação Bilíngue para Surdos**. Curitiba: SEED/DEE, 2006.

FERNANDES, S. Letramentos na educação bilíngüe para surdos. In: BERBERIAN, A.P.; MASSA, Gisele; ANGELIS, C. M. de (org) **Letramento: referenciais em saúde e educação**: São Paulo: Plexos, 2006.

GESSER, Audrei. **Líbras?** que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental: Porto Alegre; Mediação, 2009.

_____. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental:** refletindo sobre limites e possibilidades. Porto Alegre; Mediação, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças nas escolas:** olhares de futuras pedagogas. Campinas, SP: FE/ UNICAMP, 2007.

PAGURA, R. J. **O ensino da tradução num contexto não universitário:** Congresso Internacional Todas as Letras. São Paulo: Linguagens, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Dados da Rede de Apoio.** Curitiba: SEED, 2008.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Arte Médicas, 1997.

RODRIGUES, D. Dez idéias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (org). **Inclusão e Educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006, p.305.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. 6. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, I. R; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda. M. **Cidadania, surdez e linguagem:** desafios e realidade. São Paulo: Plexus, 2003.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: SOARES, M. B. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1988.

_____. **Letramento um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed., 11. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOBRAL. J. M. **Memórias e identidade nacional:** considerações de carácter geral e o caso português. Working Papers. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa, 2006.

SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos:** interfaces entre pedagogia e lingüística. 3. ed., Porto Alegre: Mediação, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.